**Os Complexos Regionais**

Existe outra forma de**regionalizar o Brasil,**de uma maneira que capta melhor a situação**sócieconômica**e as relações entre sociedade e o espaço natural. Trata-se da divisão geoeconômica do país em três grandes complexos regionais: o Centro-Sul, o Nordeste e a Amazônia.

Ao contrário da divisão regional oficial, esta regionalização não foi feita pelo IBGE. Ela surgiu com o geógrafo brasileiro Pedro Pinchas Geiger no final da década de 60, nela o autor levou em consideração o processo histórico de formação do território brasileiro em especial a industrialização, associado aos aspectos naturais.

A divisão em **complexos regionais**não respeita o limite entre os estados. O Norte de Minas Gerais encontra-se no Nordeste, enquanto o restante do território mineiro encontra-se no Centro-Sul. O leste do Maranhão encontra-se no Nordeste, enquanto o oeste encontra-se na Amazônia. O sul de Tocantins e do Mato Grosso encontra-se no Centro-Sul, mas a maior parte desses estados pertencem ao complexo da Amazônia. Como as estatísticas econômicas e populacionais são produzidas por estados, essa forma de regionalizar não é útil sob certos aspectos, mas é muito útil para a geografia, porque ajuda a contar a história da produção do espaço brasileiro.

O **Nordeste**foi o polo econômico mais rico da América portuguesa, com base na monocultura da cana de açúcar, usando trabalho escravo. Tornou-se, no século XX, uma região economicamente problemática, com forte excedente populacional. As migrações de nordestinos para outras regiões atestam essa situação de pobreza.

O **Centro-Sul** é na atualidade o núcleo econômico do país. Ele concentra a economia moderna, tanto no setor industrial como no setor agrícola, além da melhor estrutura de serviços. Nele se também a capital política do país.

A **Amazônia**brasileira é o espaço de povoamento mais recente, ainda em estágio inicial de ocupação humana. A área está coberta por uma densa floresta, com clima equatorial, que dificulta o povoamento. Os movimentos migratórios na direção desse complexo regional partem tanto do Centro-Sul como do Nordeste, sendo que hoje a região mais recebe população.

Essa é uma visão superficial da organização do espaço geográfico brasileiro. Ela resume as principais características naturais e humanas de cada uma dessas regiões. Por serem vastas áreas, verdadeiros complexos regionais, o Nordeste, o Centro-Sul e a Amazônia registram profundas desigualdades naturais, sociais e econômicas. As regiões apresentam diferenças entre si e variedade interna de paisagens geográficas.

Em meio à pobreza tradicional, o Nordeste abriga imensos recursos econômicos e humanos, que apontam caminhos para a superação de uma crise que já se prolongou demais. As transformações introduzidas nas zonas irrigadas do Vale do São Francisco e a criação de zonas industriais na área litorânea comprovam essa possibilidade.

A geração de riquezas no Centro-Sul tornou essa região a mais rica do país, estabelecendo um polo de atração populacional que, no século XX, originou as maiores metrópoles nacionais. O ritmo acelerado desse crescimento criou disparidades sociais gravíssimas, como desemprego, favelamento, e problemas ambientais de difícil solução.

Áreas significativas da Amazônia já foram ocupadas, especialmente aquelas situadas na parte oriental da região ou nas margens dos rios. Hoje esse povoamento se acelerou muito, a tal ponto que os conflitos pela posse da terra se tornaram tristemente comuns. Formaram-se também grandes cidades, caracterizadas pelo crescimento explosivo e por profundos desequilíbrios sociais e econômicos.

**O Nordeste**

**a) A zona da mata**

É a faixa litorânea de planícies que se estende do Rio Grande do Norte até o sul da Bahia. As chuvas são intensas e há duas estações bem definidas: o verão seco e o inverno chuvoso.

Na época colonial, instalou-se nesse área o empreendimento açucareiro escravista. As condições ecológicas são ideais para o cultivo da cana. Os solos, férteis e escuros, conhecidos como massapê, cobrem os vales dos rios, que ficaram conhecidos como “rios do açúcar”. Vários desses rios são temporários, pois suas nascentes localizam-se no interior do semi-árido.

No início da colonização, a Zona da Mata não era dominada completamente pelas plantações de cana. A população das cidades e das fazendas necessitava de alimentos. Por isso, uma parte das terras ficava reservada para culturas de milho, mandioca, feijão e frutas. Também existiam pastagens para a criação de gado. Essas terras eram os tabuleiros, áreas um pouco mais elevadas situadas entre os vales de dois rios.

Como os solos dos tabuleiros são menos úmidos e mais pobres que o massapê, não eram usados para o plantio da cana. Assim, inicialmente, toda a produção agrícola e até a pecuária localizavam-se na faixa úmida do litoral, onde se instalaram sítios familiares produtores de alimentos e fazendas de gado.

Mas a produção de cana, crescia, à medida que aumentavam as exportações de açúcar para a Europa. As sesmarias se dividiam entre os herdeiros dos primeiros proprietários. Cada um deles criava novos engenhos, que necessitavam de mais cana. Depois, os sítios foram comprados pelos fazendeiros e as culturas de alimentos foram substituídas por novas plantações de cana.

Muita coisa mudou na Zona da Mata desde a época colonial. A escravidão deu lugar ao trabalho assalariado dos boias frias. Os antigos engenhos foram substituídos por usinas de açúcar e álcool. Mas a cana permaneceu como produto principal da faixa litorânea do Nordeste.

O principal motivo dessa permanência esta na força política dos proprietários de usinas e fazendas. Durante o século XX, a produção de cana, açúcar e álcool do Centro-Sul evoluiu tecnicamente, superando a produção da Zona da Mata. Mas os usineiros sempre conseguiram ajuda do governo federal ou dos governos estaduais, sob a forma de empréstimos, perdão de dívidas ou garantia de preços mínimos. Dessa forma, impediram a diversificação da agricultura do litoral nordestino.

Isso não significa que a cana seja a única cultura da Zona da Mata. No litoral da Bahia, principalmente na área do Recôncavo Baiano, nas proximidades de Salvador, aparecem importantes culturas de tabaco. No sul da Bahia, na área das cidades de Ilhéus e Itabuna, concentram-se as fazendas de cacau.

Além disso, a produção de frutas vem adquirindo importância na Zona da Mata. Há várias frutas nativas do Nordeste – como o caju, o cajá, a mangaba e a pitanga – que servem para fazer deliciosos sucos e doces. Outras frutas, provenientes das áreas tropicais do Oriente – como a graviola, a jaca e a manga – adaptaram-se muito bem aos climas e solos nordestinos.

**b) O Agreste**

É uma faixa de transição ecológica entre a Zona da Mata e o Sertão nordestino. De largura aproximadamente igual a da Zona da Mata, corre paralelamente a ela, do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia. Embora, como no Sertão, predomine o clima semi-árido, as secas do Agreste raramente são tão duradouras e os índices pluviométricos são maiores que os registrados no Sertão.

Na verdade, grande parte do Agreste corresponde ao planalto da Borborema, voltada para o oceano Atlântico, recebe ventos carregados de umidade que, em contato com o ar mais frio, provocam chuvas de relevo. Na encosta oeste do planalto, as secas são frequentes e a paisagem desolada do Sertão se torna dominante.

O povoamento do Agreste foi consequência da expansão das plantações de cana da Zona da Mata. Expulsos do litoral, os sitiantes e criadores de gado instalaram-se nas terras do interior, antes ocupadas por indígenas. Dessa forma, o Agreste transformou-se em área produtora de alimentos. O Agreste abastecia a Zona da Mata de alimentos e esta por sua vez a Europa exportando açúcar.

Após o fim da escravidão, as plantações canavieiras passaram a utilizar trabalhadores temporários, empregados durante a época da colheita. O Agreste passou a fornecer esses trabalhadores: sitiantes e camponeses pobres que deixam a sua terra nos meses de safra (transumância). Enquanto os homens ganham algum dinheiro na colheita, as mulheres e os filhos permanecem cuidando da lavoura doméstica.

Enquanto a Zona da Mata é uma área monocultora, o Agreste é uma área policultora, já que seus sítios cultivam diversos alimentos e criam gado para a produção do leite, queijo e manteiga. Por isso mesmo, uma sub-região depende da outra, estabelecendo uma forte interdependência. Assim, a Zona da Mata precisa dos alimentos e dos trabalhadores do Agreste e este precisa dos mercados consumidores e dos empregos da Zona da Mata.

As diferenças entre as duas sub-regiões não estão apenas naquilo que produzem, mas em como produzem.

Na Zona da Mata, as sesmarias açucareiras da época colonial foram se dividindo e deram origem a centenas de engenhos. Alguns nem faziam açúcar, apenas rapadura e aguardente. Mesmo assim, as fazendas resultantes não se tornaram pequenas propriedades, uma vez que os proprietários precisavam manter uma área suficiente para abastecer os engenhos.

No Agreste, ao contrário, as propriedades foram se subdividindo cada vez mais, já que não cultivavam cana nem tinham engenhos.

Com a sucessão de diversas gerações, as propriedades do Agreste atingiram um tamanho mínimo, suficiente apenas para a produção dos alimentos necessários para a família, ou seja, para a prática da agricultura de subsistência.

A pobreza do Nordeste está associada a esse contraste do mundo rural. De um lado, as usinas e fazendas açucareiras da Zona da Mata concentram a riqueza nas mãos de uma pequena parcela de proprietários. De outro, os minifúndios do Agreste mantém na pobreza as famílias camponesas, que não tem terras e técnicas suficientes para praticar uma agricultura empresarial.

Nos últimos anos vem se dando um processo de concentração de terras no Agreste, em virtude principalmente, da expansão de propriedades de criação de gado para corte.

**c) O Sertão**

Mais de metade do complexo regional nordestino corresponde ao Sertão semi-árido. A caatinga, palavra de origem indígena que significa “mato branco”, é a cobertura dominante e quase exclusiva na imensa área do Sertão.

A ocupação do Sertão, ainda na época colonial, se deu pela expansão das áreas de criação de gado. A pecuária extensiva representa, até hoje, a principal atividade das grandes propriedades do semi-árido.

No século XVIII, a Revolução Industrial estava em marcha na Inglaterra. As fábricas de tecidos produziam cada vez mais, obtendo lucros fabulosos e exigindo quantidades crescentes de matérias-primas. Por essa época, começou a aumentar o plantio de algodão no Sertão nordestino. Vender algodão para os industriais ingleses tinha se tornado um ótimo negócio.

No século XIX, a Guerra Civil entre nortistas e sulistas nos EUA desorganizou as exportações de algodão estadunidense. No Nordeste, os pecuaristas do Sertão passaram a cultivar o algodão em uma parte das suas terras e o Brasil tomou mercados antes controlados pelos EUA. Os plantadores de algodão do Sertão tornaram-se ricos fazendeiros, que disputavam o poder e a influência com os usineiros da Zona da Mata.

No interior do Sertão definiu-se uma zona na qual as precipitações pluviométricas são mais baixas, denominada “Polígono das secas“. Porém não é verdade que as secas se limitem ao Polígono: muitas vezes, elas atingem todo o Sertão e até mesmo o Agreste. Também não é verdade que todos os anos existem secas no Polígono.

No Sertão existiram secas históricas que duraram vários anos, provocaram grandes tragédias sociais até hoje lembradas.

As grandes secas ocorreram após vários anos de chuvas irregulares. A primeira grande seca historicamente documentada ocorreu no período de 1721 a 1727. Um historiador, Tomás Pompeu de Assis Brasil, escreveu que “1722 foi o ano da grande seca, em que não só morreram numerosas tribos indígenas, como o gado e até as feras e aves se encontravam mortas por toda a parte.”

O jornalista pernambucano Carlos Garcia explica o mecanismo das secas: ” A grande seca de 1932 começou realmente em 1926, quando as chuvas foram irregulares, irregularidade que se acentuou a cada ano seguinte. Em 1932, caíram chuvas finas em janeiro, mas cessaram totalmente em março. A estiagem de 1958 também foi uma grande seca, o que indica a ocorrência de um ciclo de anos secos a cada 26 anos, aproximadamente. Essa periodicidade é que leva os sertanejos a afirmar que cada homem tem de enfrentar uma grande seca em sua vida.” (O que é nordeste brasileiro? São Paulo, Brasiliense, 1984, p.64.)

Além das grandes secas, ocorrem também secas localizadas, que atingem pequenos trechos de um ou outro estado nordestino mas causam muitos estragos. Geralmente elas são provocadas pela falta de boas chuvas nas semanas seguintes ao plantio do milho, do feijão e do algodão.

O plantio é feito logo depois das primeiras chuvas do verão. A germinação e o crescimento das plantinhas dependem da continuidade das chuvas, na quantidade exata. Se as chuvas se reduzem, o calor e a insolação matam as lavouras que acabaram de germinar. Quando volta a chover, o camponês faz novas plantações. Mas, se as chuvas cessam novamente começa a tragédia.

A essa altura, o camponês não tem mais dinheiro ou crédito nos bancos. Não consegue, por isso, recomeçar o plantio. O milho e o feijão guardados do ano anterior são consumidos. Sem dinheiro e sem alimentos, resta esperar a ajuda do governo ou então tomar rumo das cidades. Assim, o sertanejo vira retirante.

**d) O Meio-norte**

Abrange os estados do Piauí  e o Maranhão. Do ponto de vista natural, é uma sub-região entre o  Sertão semi-árido e a Amazônia equatorial.

Essa sub-região apresenta clima tropical, com chuvas intensas no verão. No sul do Piauí e do Maranhão, aparecem vastas extensões de cerrado. No interior do Piauí existem manchas de caatinga. No oeste do Maranhão, começa a floresta equatorial. Por isso, nem todo o Meio-Norte encontra-se no complexo regional nordestino: a parte oeste do Maranhão encontra-se na Amazônia.

O Meio-Norte exibe três áreas diferentes, tanto pela ocupação como pela paisagem e pelas atividades econômicas.

O sul e o centro do Piauí, dominados pela caatinga, parecem uma continuação do Sertão. Essa área foi ocupada pela expansão das fazendas de gado, que vinham do interior de Pernambuco e do Ceará. A atividade pecuarista foi a responsável pela fundação de Teresina, a única capital estadual do Nordeste que não se localiza no litoral.

O Vale do Parnaíba é uma área especial. Recoberto pela Mata dos Cocais, tornou-se espaço de extrativismo vegetal do óleo do babaçu e da cera da carnaúba. Essas palmeiras não são cultivadas. A exploração dos seus produtos consiste apenas no corte das folhas da carnaúba e em recolher os cocos do babaçu que despencam da árvore.

Nas áreas úmidas do norte do Maranhão, situada já nos limites da Amazônia, formaram-se fazendas policultoras que cultivam o arroz como principal produto. As chuvas fortes e as áreas semi alagadas das várzeas dos rios Mearim e Pindaré apresentam condições ideais para a cultura do arroz.

**O Centro-Sul**

O Centro-Sul, se estende de Minas Gerais até o Rio Grande do Sul, englobando também o Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal.

Trata-se de uma área do território brasileiro onde o processo de industrializa ção, acelerado a partir de meados do século XX, se deu com maior intensidade. Isso levou à sua diferenciação em relação ao restante do país.

O Centro-Sul é a área de maior capacidade produtiva. Nessa região ocorrem, com maior intensidade, os fluxos de circulação de mercadorias, pessoas, capitais e informações. Nela se encontram os mais importantes centros de decisões econômicas e políticas do país.

A diferenciação do Centro-Sul se dá por meio de alguns aspectos relevantes. Uma primeira característica seria a grande concentração industrial, com destaque para cinco grandes áreas industriais mais ou menos diversificadas:

* a área industrial que tem seu centro em São Paulo e se estende até o Rio de Janeiro;
* a zona metalúrgica em torno de Belo Horizonte;
* a área industrial de Curitiba;
* o nordeste de Santa Catarina, no vale do Itajaí;
* a área industrial que vai de Porto Alegre até Caxias do Sul.

O Centro-Sul é o principal cinturão agroindustrial do país. Nele encontramos áreas nas quais ocorreu uma verdadeira industrialização da agricultura,com uso de máquinas, adubos e fertilizantes, além de especialização da produção nas chamadas empresas rurais.

O Centro-Sul também possui a melhor infra-estrutura viária do país. A intensa circulação de produtos e de pessoas, feita por meio de uma densa rede rodoviária e de ferrovias, revela a forte integração e o dinamismo de sua área interna. Assim como sua articulação com as demais regiões do país.

Devido ao seu maior desenvolvimento econômico, é no Centro-Sul que ocorrem os mais elevados níveis de renda do país. Há um forte contraste entre a renda média de um habitante do Centro-Sul e a de um habitante do Nordeste ou da Amazônia.

No entanto, se existem zonas com níveis de modernização e de vida elevados caso de algumas cidades no interior de São Paulo, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, ou no norte do Paraná -, existem também verdadeiros “bolsões” de pobreza. É o caso do Vale do Ribeira de Iguape, das cidades-satélites de Brasília e, principalmente, da periferia dos grandes centros urbanos. Mesmo nas áreas mais ricas o contraste entre “lugares de ricos” e “lugares de pobres” é nítido, marcante, e quase sempre assustador.

**A Amazônia**

A Amazônia compreende o território dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá e Tocantins, entrando pelo Maranhão e o Mato Grosso. É a área que, a partir da década de 1970, integra-se ao mercado nacional como uma grande fronteira de recursos recursos, isto é, como área de fornecimento de matérias-primas que provêm da agropecuária e da mineração.

A ocupação do território amazônico ainda está se processando. Essa ocupação busca integrar definitivamente a área à economia do Centro-Sul e mesmo à economia internacional, graças aos grandes investimentos de capital em projetos de mineração, agropecuários e industriais.

A Amazônia passa a ser, deste modo, uma fronteira que vai sendo expandida, e uma reserva de recursos que passa a ser utilizada. Entre as principais medidas adotadas para tornar possível essa integração,destacamos a construção de rodovias, forma mais visível dessa integração. Até a década de 50, a economia da Amazônia convergia para Belém, que atuava como o grande polo regional por meio de uma rede hidrográfica natural.

A construção das rodovias Belém-Brasília, Brasília-Acre, Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus penetraram a região, acelerando a integração da Amazônia ao Centro-Sul. Os capitais públicos e privados investidos na construção de hidrelétricas como Tucuruí, na instalação de núcleos de mineração como Carajás, e de polos industriais como a Zona Franca de Manaus, procuram integrar a região à economia do país de forma mais efetiva – como fornecedora de produtos semi-processados ou processados para os grandes mercados consumidores internos ou externos, e também como mercado consumidor dos produtos do Centro-Sul.

Os incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) permitiram que as grandes empresas nacionais e transnacionais adquirissem enormes propriedades de terra, cujo aproveitamento de recursos naturais – os minérios, a madeira e a própria terra – tem provocado graves danos ambientais.

A fronteira amazônica tem atraído, nas últimas décadas, importantes fluxos de migrantes. Duas correntes são identificadas: os que procedem do Centro-Sul, devido à modernização da agricultura, e que vão para Mato Grosso, Rondônia e mesmo para o Acre; e os que procedem do Nordeste, que se dirigem ao Pará e Tocantins, e que formam a Amazônia Oriental.

A ocupação da nova fronteira, em grande medida desordenada, provoca graves conflitos sociais. Os diferentes contendores lutam principalmente pela posse da terra e pelo uso da floresta.Pouco a pouco, vai ganhando a opinião pública o movimento que propõe a necessidade de se ocupar a Amazônia de forma mais racional, preservando o equilíbrio ecológico com ações eficientes de manutenção da qualidade ambiental.O que se propõe é uma ocupação mais cuidadosa, visando um desenvolvimento equitativo e sustentável para a maior floresta pluvial do planeta.